

# O tamanho do rombo

A INFLAÇÃO baixa permite uma noção clara do conjunto das finanças públicas no Brasil.

QUANDO os índices de preços andavam nos píncaros, era preciso usar diferentes conceitos de déficit para identificar os desequilíbrios financeiros do setor público. Como hoje a correção monetária perdeu importância nessa análise, já se pode utilizar o déficit nominal, que é o conceito de referência internacional mais aceito, inclusive para as economias dos países desenvolvidos. Por esse conceito, as necessidades de financiamento do setor público no Brasil caíram de 85,1% do Produto Interno Bruto em 1994 para 5,5% do PIB ao final do primeiro semestre de 95 (a grande diferença está precisamente no efeito da correção monetária sobre as contas governamentais).

ESTADOS e municípios foram os principais responsáveis por esses 5,5%, respondendo por um rombo equivalente a 3,7% do PIB. A seguir ficaram as estatais, com 1,2%, e a União, com déficit nominal de 0,6% do PIB. No conceito de déficit operacional, que exclui o suposto efeito inflacionário, o

rombo nas contas públicas ficou em 2,7% do PIB, porque nesse critério a União apresentava superávit de 0,2%; estados e municípios estavam desequilibrados em 2% e as estatais em 0,6%.

No chamado conceito primário, que exclui do cálculo, além da correção monetária, o pagamento do principal das dívidas e os juros, o resultado foi um superávit de 2,2%. Nesse critério, apenas estados e municípios estavam desequilibrados (0,1% do PIB).

A ANÁLISE desses percentuais mostra que o esforço para equilibrar as finanças públicas manteve-se concentrado na União.

AS finanças estaduais e municipais se deterioraram em seu conjunto (tanto assim que apresentaram déficit no conceito primário), mas os encargos financeiros tiveram peso expressivo no rombo. Se as taxas de juros internamente caírem para patamares mais civilizados, como se espera, o déficit tenderá a se reduzir. De qualquer forma, porém, estados e municípios precisarão conter suas demais despesas.

A EXPERIÊNCIA argentina deveria servir de alerta. Lá, o desequilíbrio financeiro das províncias se agravou muito depois da estabilização monetária e quase pôs em risco o programa federal.

PARA que essa situação não se repita no Brasil, onde a economia é mais descentralizada do que na Argentina, o Governo terá de buscar maior articulação com estados e municípios antes que o desequilíbrio financeiro se agrave. Idem para o conjunto das estatais.

O QUADRO das finanças públicas confirma que a política de juros superelevados é um cobertor curto. Como estados, municípios e estatais têm pouca flexibilidade financeira, não conseguem se defender em face de juros muito elevados, e o resultado acaba sendo o déficit, causador de novos desequilíbrios que podem vir a comprometer a estabilidade monetária. Enquanto as reformas tributária e administrativa não saem, é temerário que se continue a esticar a corda com a manutenção de taxas de juros demasiadamente altas.